**AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS**

**RESOLUÇÃO ANP Nº XX, DE XX.XX.2013 – DOU YY.XX.2013**

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 162, de 16 de setembro de 2005, e tendo em vista a Resolução de Diretoria nº xx, de xx de xxxxx de 2013,

Considerando as Cláusulas que instituem a obrigação de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, constantes dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e/ou Gás Natural;

Considerando que as referidas Cláusulas determinam a realização de despesas qualificadas como pesquisa e desenvolvimento em Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento previamente credenciadas pela ANP para este fim, segundo condições específicas de cada modalidade de contrato; e

Considerando a importância da ampliação do conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras;

RESOLVE:

1. Fica alterado o item 8.2 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005 - Regulamento Técnico para Realização dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, sendo incorporado o sub-item 8.2.8 e respectivos sub-itens, conforme abaixo transcrito:

8.2 Serão admitidas, mediante autorização prévia da ANP:

...............................................................................

8.2.8 As despesas realizadas em projetos qualificados como Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, desde que tais estudos visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, tenham por objetivo gerar dados públicos de fomento, nos termos da Resolução ANP nº 11/2011, e não estejam associados a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural.

8.2.8.1 Na impossibilidade de levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos pela instituição de pesquisa credenciada, os trabalhos necessários a tais levantamentos poderão ser contratados junto a empresa, constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, que possua autorização da ANP, desde que previsto no projeto de desenvolvimento da pesquisa submetido à autorização prévia da ANP, podendo as despesas decorrentes desta contratação serem deduzidas da parcela da obrigação de investimentos em instituições de P&D de que trata o item 7.3.

8.2.8.2 É de responsabilidade do concessionário a entrega dos dados à ANP, em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 11/2011, independente do andamento do projeto no âmbito da instituição de pesquisa.

1. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD